

**Congresso derruba veto e estende desoneração da folha salarial**

COM AMPLA MAIORIA

# CONGRESSO DERRUBA VETO À DESONERAÇÃO

## Prorrogação até 2027 traz alívio a setores intensivos em mão de obra

VICTÓRIA ABELE  
[victoria.abele@globo.com.br](mailto:victoria.abele@globo.com.br)  
BRASILIA

O Congresso Nacional decidiu ontem derrubar integralmente o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia intensivos em mão de obra. O texto, agora, será promulgado e passará a valer.

A sessão de análise dos vetos foi conjunta entre deputados e senadores. No Senado, foram 60 votos para derrubada do veto e 13 para manutenção. Na Câmara, foram 378 votos pela derrubada e 78 pela manutenção.

O texto foi aprovado pelo Congresso em outubro e vetado em novembro. A desonera-

ção perderia validade neste ano se não fosse prorrogada.

A proposta substituiu a contribuição previdenciária patronal de empresas de setores que são grandes empregadores, de 20%, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Essa troca diminui custos com contratações para 17 setores, como têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, fabricação de veículos, tecnologia e transportes. Os segmentos são responsáveis por gerar cerca de 9 milhões de empregos formais.

Durante a tramitação do projeto, além da desoneração para as empresas, foi inserida a redução de alíquotas (de 20% para 8%) na contribuição previdenciária para municípios com menos de 156 mil habi-

tantes. Lula vetou integralmente o projeto, inclusive esse ponto, mas, como a derrubada também foi total, essa medida também passará a valer.

**DECISIVO PARA O EMPREGO**

Fundamental para a geração e manutenção de emprego e renda, a prorrogação da desoneração trouxe alívio para as entidades empresariais. Para a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), a medida é um "alento em um momento ainda complicado para o setor" — houve queda de cerca de 1% na produção ao longo de 2023.

"Com uma carga (tributária) extra de mais de R\$ 720 milhões por ano, as indústrias de calçados precisariam recalcular rotas, investi-

mentos e contratações. Com uma possível reoneração, teríamos uma queda de produção de mais de 150 milhões de pares e a perda de milhares de empregos logo no primeiro ano", comentou o presidente-executivo da Abicalçados, Haroldo Ferreira, por meio de nota.

Estudo com dados do Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged) mostra que, de 2018 a 2022, os setores que permaneceram com a folha desonerada tiveram crescimento de empregos de 15,5%, enquanto os que tiveram a folha reonerada cresceram apenas 6,8% no período. Houve também aumento dos salários dos trabalhadores de áreas que contaram com o benefício.

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) saudou a

decisão do Congresso.

"A derrubada do veto era decisiva para não agravar ainda mais a já difícil situação vivida pelos meios de comunicação no Brasil. Trata-se de um setor vital para a democracia que absorve grande quantidade de profissionais", disse o presidente-executivo da ANJ, jornalista Marcelo Rech, em nota. "Saudamos essa decisão do Congresso como um importante reforço para a missão social da atividade de comunicação", completou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já disse que apresentará uma proposta alternativa à desoneração depois da aprovação da Reforma Tributária. Os deputados e senadores, porém, afirmam a importância de derrubar o ve-

to agora e discutir uma eventual proposta da Fazenda depois.

Ontem, depois da votação, Haddad voltou a falar em medida alternativa e mencionou a possibilidade de acionar o Judiciário, mas não entrou em detalhes. Parlamentares afirmaram, no entanto, que a medida é constitucional, e qualquer judicialização é inócua.

**'MELHOR PROGRAMA SOCIAL'**

Antes da votação, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu a prorrogação da desoneração e disse que poderia ouvir a proposta do governo com o veto derrubado. Pacheco reforçou que a medida gera empregos e resultado para o país.

— Há 17 setores que se programaram, que estão mantendo empregos, que têm muitas pessoas trabalhando, e que podem perder seus empregos se não houver a prorrogação.

Durante a sessão, o senador Efraim Filho (União-PB), autor do projeto, afirmou que a derrubada do veto é necessária para dar tranquilidade aos trabalhadores:

— Essa derrubada trará segurança jurídica para quem empreende e paz de espírito para quem trabalha. A média salarial já aumentou entre as empresas desoneradas. O projeto do governo será apreciado em momento oportuno.

Em nota, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) aliviou que a derrubada do veto contribuirá para que as empresas do setor continuem gerando empregos e ajudem na agenda de industrialização do país. Na avaliação da entidade, "a geração de postos formais de trabalho é o melhor programa social que existe".

Para a Abit, a reoneração afetaria a competitividade do setor industrial, sobrecarregando os custos, gerando aumento de preços e impactando a capacidade de consumo da sociedade.

"A redução de consumo significa menor capacidade de preservação de empregos e, mais do que isso, de geração de novos postos formais de trabalho", comentou a entidade.

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) lembra que a produção de aves e de suínos envolve 4 milhões de postos de trabalho diretos e indiretos e que a desoneração afeta muitas famílias:

"Milhares de novos postos de trabalho foram gerados. A desoneração da folha é uma medida que defende estes empregos, e seus efeitos positivos são reconhecidos e renovados constantemente por todos os governos, independentemente da linha política". (Colaborou João Sorima Neto)



**Votação.** Sessão conjunta do Congresso destinada à análise dos vetos presidenciais, entre eles o da desoneração da folha: medida é considerada fundamental para a geração e manutenção de emprego

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 13